



**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador Julio Ventura**

**RELATÓRIO Nº       , DE 2022**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 68, de 2022, da Presidência da República (nº 399/2022, na origem), *que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guatemala.*

Relator: Senador **JULIO VENTURA**

Chega ao exame desta Comissão a indicação feita pelo Presidente da República do nome do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guatemala.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Cumprindo exigência regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata. Também foram juntados o Relatório de Gestão do Chefe de Posto ao final da missão (em atendimento ao item IV do art. 383, do Regimento Interno e à Decisão do



SF/22511.40931-59

Plenário da CRE, de 14/05/2015) e o Planejamento Estratégico para o posto de destino (Ato nº 1/2021-CRE, aprovado em 06/07/2021).

O indicado é filho de Geraldo Sardinha Pinto e Déa Lúcia da Silveira Pinto, e nasceu em 19 de abril de 1956, em Belo Horizonte/MG.

Em 1980, concluiu o curso de Direito pela Universidade do Distrito Federal.

No Instituto Rio Branco, concluiu os Cursos de Preparação à Carreira Diplomática (1979); de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1983); e de Altos Estudos (1998), ocasião em que defendeu a tese “O Escritório Financeiro em Nova York e seu Papel na Execução Orçamentária e Financeira do Itamaraty no Exterior”.

Iniciou sua carreira em 1979, como Terceiro-Secretário. Em 1981, tornou-se Segundo-Secretário; em 1987, chegou a Primeiro-Secretário; em 1994, a Conselheiro; em 2000, a Ministro de Segunda Classe. E em 2009, a Ministro de Primeira Classe. Todas as promoções por merecimento.

No Brasil, o diplomata serviu na Divisão de Pagamentos e Benefícios de Pessoal (1990); foi Chefe de Gabinete na Secretaria-Geral Executiva (1991); Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior (1992); Chefe da Divisão de Pagamentos do Pessoal (1993); Chefe da Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior (de 1999 a 2002); Diretor do Departamento de Promoção Comercial (de 2006 a 2009); e Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos (de 2016 a 2019).

No exterior, serviu na Embaixada em La Paz, como Segundo e Primeiro-Secretário, entre 1986 e 1988; na Embaixada em Manágua, como Conselheiro, de 1988 a 1990; no Escritório Financeiro em Nova York, de 1994 a 1997 e de 2002 a 2006; na Embaixada em Ottawa, como Conselheiro, de 1997 a 1999; como Embaixador em Argel, de 2009 a 2013; como Embaixador em Tel Aviv, entre 2013 e 2016; e como Embaixador junto à Santa Sé, cumulativamente junto à Ordem Soberana e Militar de Malta, de 2019 até o presente.

O ilustre diplomata também integrou e chefiou diversas delegações brasileiras em missões junto à FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), em Roma.



Em sua profícua carreira, o diplomata fez jus a numerosas condecorações oriundas do Brasil, Itália, Bolívia, Noruega, Países Baixos e Santa Sé.

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Guatemala.

Brasil e Guatemala estabeleceram relações diplomáticas formais em 1906 com a atribuição da cumulatividade da representação do Brasil na Guatemala à Legação do Brasil no México. A Guatemala foi o primeiro país da América Central a receber uma representação diplomática brasileira permanente, em 1937, quando foi criada a Legação do Brasil na Guatemala, com ação cumulativa nos demais países do istmo centro-americano: Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Panamá.

Na primeira década do século XXI, as relações do Brasil com a América Central passaram por período de intensa aproximação, seguida, na década seguinte, de gradual retraimento que se prolongou até 2018. A relativa perda de densidade decorreu, em larga medida, do quadro geral de constrangimento orçamentário no Brasil, que repercutiu no cancelamento de grandes projetos brasileiros na região (como o da hidrelétrica de Tumarín na Nicarágua), bem como da desistência do Brasil de tornar-se sócio do Banco Centro-Americano de Integração (BCIE).

No plano político, a ativação do Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais, em maio de 2018, sinalizou a disposição dos dois países em retomar e aprofundar o diálogo regular.

No ano de 2021, o fluxo de comércio registrou crescimento de 36,9% e alcançou a cifra de USD 420 milhões. As exportações para a Guatemala totalizaram USD 352 milhões enquanto as importações somaram USD 64 milhões. O superávit em favor do Brasil foi de USD 288 milhões. O Brasil absorveu 1,6% das exportações da Guatemala e ocupou a nona posição entre os principais fornecedores do país. Há significativo espaço para o crescimento das exportações brasileiras, que também se beneficiariam de eventual avanço nas negociações de um acordo MERCOSUL-Guatemala.

A cooperação técnica figura entre os principais componentes da relação bilateral. O Programa de Cooperação Técnica Brasil-Guatemala está amparado no Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, assinado



em 16 de junho de 1976. O documento foi atualizado e nova versão, assinada em 25 de julho de 2019, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional.

A influência exercida pelos EUA desempenha papel dominante na definição das prioridades da política exterior guatemalteca. O país é o principal parceiro comercial e a maior fonte de investimentos estrangeiros na Guatemala. Em 2018 os EUA abrigavam aproximadamente 1,3 milhão de residentes de origem guatemalteca, responsáveis pela maior parte das remessas internacionais recebidas pela Guatemala.

A Guatemala era considerada o sócio menos problemático e mais confiável no Triângulo Norte. Nos últimos 5 anos, porém, houve distanciamento entre os dois países em razão da ineficácia do governo em estabelecer bons níveis de governança e combater a corrupção nas três esferas de poder.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

